

Projeto de pós-doutorado:

**Contexto e significação: o contextualismo radical
e a determinação das condições de verdade de um enunciado**

Pesquisador: Eduardo Caliendo Marchesan

Doutor em langue française pela Universidade Paris 4 – Paris Sorbonne (École doctorale : Concepts et Langages)

Supervisor: João Vergílio Cuter

Professor livre-docente da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP

Resumo

Nos últimos anos, uma série de trabalhos decisivos colocaram em xeque uma separação predominantemente aceita nos estudos linguísticos entre os domínios semântico e pragmático. Tal contestação recai fundamentalmente sobre a possibilidade de uma sentença, tomada em sua dimensão puramente linguística, determinar critérios essenciais a partir dos quais ela deve ser julgada como verdadeira ou falsa. Se é fato que a existência de algum tipo de interação entre os domínios semântico e pragmático era ideia pouco controversa que convivia com a separação apontada, isso se dava devido a um consenso tácito relativo à existência de um conteúdo mínimo de significação veiculado pelas línguas naturais a partir do qual seria possível organizar as condições de verdade de uma sentença. É precisamente o papel supostamente exercido por este conteúdo mínimo que é radicalmente contestado pelos trabalhos que informam este projeto: no que diz respeito ao que é proposto sobre o mundo, as possibilidades abertas pelo sentido de uma sentença, tomada fora de um uso particular, não configuram nem um número fechado de opções a ser selecionado em dada situação, nem um fundamento estável como base de variação do sentido de uma ocasião a outra. Esta tese negativa abre um fecundo campo de trabalho no qual está alojado o problema central desta pesquisa: se determinantes linguísticos não são capazes de fixar as condições de verdade de uma sentença, como desenvolver uma tese positiva que permita explicar tal determinação em termos radicalmente contextuais, sem, no entanto, privar as noções de verdade e condições de verdade de duas exigências que as fundam enquanto tal, a saber, publicidade e universalidade?

1. Enunciado do problema

a. Introdução: a intersecção entre semântica e pragmática

Um modo de abordar a cisão entre semântica e pragmática é, em linhas gerais, tratar da oposição entre estudos formalistas, preocupados, ao menos em sua versão clássica, em mostrar como o significado das palavras, dependente da sintaxe lógica das línguas, determinaria as condições nas quais aquilo que é formulado por uma dada sentença corresponderia ao modo como a realidade está organizada, isto é, seria verdadeiro, e estudos cuja preocupação central recairia sobre a variedade de ações perpetradas por um falante ao utilizar sua língua no cotidiano¹.

Apesar desta divisão e da profusão de trabalhos gerada a partir dela, está em questão nesta pesquisa não a diferença de objetos e temas que dela emergem em cada um dos campos, mas o modo como ambos partilham o problema sobre a determinação das condições de verdade de uma unidade completa de significação e, como correlato deste problema, a pergunta sobre o que pode ser tomado como tal unidade. Dito de outro modo, está em jogo aqui um ponto de intersecção entre os dois campos no qual encontramos o problema sobre a possibilidade de uma dada reunião de palavras representar certo arranjo de coisas no mundo.

Se é a frase, organização sintática bem formada, ou o enunciado, o ato de fala contextualmente fixado, a unidade na qual vemos serem determinadas as mencionadas condições, é o debate que põe frente a frente semântica e pragmática. Exposto nestes termos, este embate é um questionamento sobre os portadores de verdade (truth-bearers) e o nível no qual eles devem ser encarados. A este questionamento, vincula-se a pergunta, central para esta pesquisa, sobre o papel do contexto na determinação das condições de verdade de um enunciado.

É fato que vista a partir deste problema, a cisão entre a semântica e a pragmática pôde ser tomada durante boa parte do século XX como expressão de certa complementaridade entre dois domínios, criando por vezes, a ideia de que a predominância de um campo sobre o outro

¹ Esta partição que poderíamos chamar de clássica, cuja persistência no debate atual pode ser constatada por exemplo em Recanati (2004), corresponderia ao desenvolvimento de duas tradições: a primeira delas estaria ligada principalmente aos trabalhos de Russell, Frege, Carnap e Tarski e às suas preocupações logico-matemáticas voltadas primordialmente para o desenvolvimento de linguagens formais, enquanto a segunda, derivaria dos trabalhos de Austin e do segundo Wittgenstein e do interesse de ambos no uso cotidiano da linguagem. De fato, uma série de estudos tem mostrado como os textos seminais de Frege representam um gesto fundador para ambas as tradições. Ver, por exemplo, Benoist (2009) sobre o papel das circunstâncias na determinação daquilo que Frege chama de um pensamento, especialmente no que diz respeito à dimensão temporal de uma proposição, Diamond (2010) para uma apreciação da influência de Frege não apenas sobre o primeiro, mas também sobre o segundo Wittgenstein e Travis (2011) para as estreitas relações entre os trabalhos de Frege e Austin.

dependeria das preocupações a partir das quais seriam encarados os fenômenos linguísticos²: se a partir das ações executadas pelos falantes ou a partir de regras sistêmicas intrínsecas às expressões empregadas. Entretanto, quando analisada de perto, tal complementaridade revela uma ideia latente sobre a prevalência da semântica das línguas naturais na determinação daquilo que um enunciado diz sobre o mundo: mesmo quando a dependência do conteúdo de uma sentença em relação a aspectos situacionais ou contextuais ocupou o centro da discussão, como em trabalhos sobre indexicais ou no desenvolvimento do campo de estudos sobre atos de fala³, a precedência semântica mencionada manteve seu lugar através da persistência da ideia de um conteúdo mínimo de significação veiculado pelas unidades linguísticas postas em jogo numa enunciação.

É o ataque a esta ideia de significação linguística mínima como responsável, em última análise, pela determinação das condições de verdade de uma sentença, levada à frente nas últimas duas décadas por um contextualismo radical de forte inspiração austiniana, que reorganiza o problema alocado na intersecção entre a semântica e a pragmática. Mostrando que o significado de uma sentença – e de seus constituintes – não é capaz de determinar qual enunciado é efetivamente proferido numa dada ocasião, tais trabalhos acabaram por conferir ao contexto um papel primordial na delimitação daquilo que um enunciado propõe sobre o mundo.

Desta crítica e reconfiguração, surgem os problemas centrais desta pesquisa: se a significação linguística não é capaz de determinar, mesmo num nível mínimo, aquilo que uma asserção propõe sobre a realidade – suas condições de verdade – como explicar em termos essencialmente contextuais o modo como uma sentença representa certa organização de coisas no mundo e quais são as consequências para as ideias de verdade e condições de verdade do gesto teórico de vincular plenamente o conteúdo de um enunciado à sua situação de uso? Além disso, face à evidência de que eu não posso utilizar quaisquer palavras para representar um estado de coisas preciso, qual é o papel das palavras (ou de unidades linguísticas como lexemas e sintagmas) na configuração de um enunciado cujas condições de verdade são delimitadas contextualmente?

² É o que sugere, por exemplo, Recanati (2008). Assim, em abordagens como a de Ducrot (1984) ou Searle (1975), por exemplo, atos de fala, conformando uma enunciação, ocupariam o lugar de fundamento da significação linguística mesmo no caso das sentenças descritivas ou declarativas com as quais se ocupam os estudos formalistas, sentenças que, quando tomadas do ponto de vista de sua enunciação, revelariam ser a ação-de-afirmar o fundamento da possibilidade de dizer sobre o mundo algo que poderia ser tratado como verdadeiro ou falso.

³ Voltaremos a isso em detalhes mais à frente.

Para explicitar os termos destes problemas, faremos a apresentação do estado da arte desta questão em três partes: a) os fundamentos da perspectiva semântica, dominante durante a segunda metade do século XX; b) as principais linhas pragmáticas que, tratando dos determinantes contextuais das condições de verdade de um enunciado, mantiveram-se tributárias da perspectiva semântica; c) o contextualismo radical e sua crítica aos fundamentos da perspectiva semântica.

b. Sentido literal

Até a década de 1980, as pesquisas sobre o significado das palavras e seu papel na determinação daquilo que uma sentença propõe sobre a realidade estavam em grande escala circunscritas ao espaço demarcado pelo projeto avançado por Donald Davidson a partir da transposição para a semântica das línguas naturais das elaborações sobre a verdade propostas por Tarski. De acordo com o ponto de vista semântico defendido por Davidson, uma expressão linguística seria capaz de definir intrinsecamente condições de referência determinadas. A ideia em torno da qual se organizava esta concepção era precisamente a ideia de condições de verdade que mencionamos na introdução, isto é, a noção segundo a qual uma expressão linguística teria inerentemente associada a ela critérios a partir dos quais seria possível determinar se certo estado de coisas estaria organizado tal como ela propõe. Tal noção, tomada de início como uma noção sintática, podia ser formalizada numa implicação: a ideia central em questão era a correlação entre o valor de verdade de diferentes proposições. Dito de um modo intuitivo, isso significava que, caso uma dada sentença fosse verdadeira, outra dada sentença deduzida a partir dela também o seria. O passo proposto por Davidson que extrapola a dimensão sintática dessa relação, e que ele busca sintetizar em suas formulações teóricas, consiste na aplicação da noção de condições de verdade tomada não mais em sua relação a outras sentenças, mas em sua relação à realidade extralinguística⁴.

O impacto do gesto teórico de Davidson, fazendo com que, de uma sentença, fosse possível derivar modos determinados de organização da realidade extralinguística, fica mais claro quando recordamos que a equivalência (T) proposta por Tarski (1944) pretendia definir a verdade como uma equivalência entre duas sentenças distintas, uma delas pertencente à língua objeto (alvo da definição), e outra pertencente a uma metalíngua contendo todos os elementos da língua objeto, sendo, porém, mais complexa do que ela. Tratava-se, portanto, da exposição do significado da sentença de uma língua artificial através de uma língua mais complexa em

⁴ A formulação principal desta concepção está presente em Davidson (1967).

cujos termos os axiomas fundamentais próprios à língua objeto, bem como suas regras de articulação, podiam ser expressos⁵.

O problema de Davidson era então transpor para as línguas naturais um esquema que Tarski havia elaborado para dar conta da significação em uma língua objeto O através de uma metalíngua M, esquema esse que organizava uma hierarquia linguística: definir uma sentença de M, exigiria outra metalíngua mais complexa e assim sucessivamente. Como no caso da língua natural, não era possível propor uma metalíngua hierarquicamente superior, a solução proposta por Davidson foi procurar os axiomas e regras da língua natural a partir de um modelo cognitivista: saber uma língua implicaria dominar implicitamente um sistema de regras, isto é, implicaria um saber tácito a ser descrito por uma teoria da linguagem que corresponderia a uma teoria dedutiva capaz de sistematizar uma série de axiomas de base a partir dos quais seria possível derivar de cada enunciado aquilo que ele representa sobre o mundo.

“I suggest that a theory of truth for a language does, in a minimal but important respect, do what we want, that is, give the meanings of all independently meaningful expressions on the basis of an analysis of their structure. And on the other hand, a semantic theory of a natural language cannot be considered adequate unless it provides an account of the concept of truth for that language along the general lines proposed by Tarski for formalized languages”
(Davidson, 2001 p. 55)

Frente ao fato de que a derivação daquilo que o significado de uma sentença propõe sobre a realidade extralinguística pode ser efetuada para toda e qualquer sentença de uma língua, a descrição das unidades de significação próprias às expressões simples (que determinam sua referência) e das regras composicionais que aplicadas a elas constroem a denotação de sentenças complexas, constituiriam uma teoria da significação de uma língua.

Articulada no projeto de Davidson estava, portanto, a ideia de que, na própria estrutura sentencial, encontraríamos fixados um certo número de condições sobre como deveria ser a realidade para que aquilo que é dito por um enunciado pudesse ser satisfeito. Deste modo, nesta perspectiva semântica, predominava uma tese geral que pode ser expressa nos seguintes termos: o significado de uma frase é a condição necessária para que algo seja dito sobre a realidade.

⁵ Para uma exposição geral sobre a apropriação feita por Davidson do projeto de Tarski, ver Putnam (1983).

Reformulada do ponto de vista da compreensão, tal tese ganhava a seguinte expressão: saber o que uma frase diz sobre o mundo, equivale a conhecer o seu significado.

Isso não é o mesmo que dizer que não há, ou que Davidson não considera, uma dimensão pragmática, própria ao uso de frases, mas sim que tal dimensão é parasitária. Sua análise sobre a metáfora é um exemplo claro desta relação. No emprego metafórico de uma frase, há uma grande variedade de entendimentos possíveis para aquilo que está a dizer um locutor. Entretanto, apesar de uma variação do dito, motivada pragmaticamente a partir do uso de uma frase, esta frase ela mesma, a sentença enquanto tal, continua a dizer literalmente algo que não se dilui no sentido metafórico. Alguém diz “O sol está acima do mastro” e isto significa, naquele uso determinado, “Você está autorizado a beber rum”. Tal como Davidson enxerga a questão, apesar deste uso peculiar, a frase segue dizendo aquilo que ela diz, isto é, que o sol está posicionado acima do mastro, e tal conteúdo segue sendo verdadeiro ou falso: a relação entre a frase e aquilo que ela propõe sobre o mundo segue sendo a mesma independentemente do emprego metafórico em questão.

“...I depend on the distinction between what words mean and what they are used to do. I think metaphor belongs exclusively to the domain of use. It is something brought off by the imaginative employment of words and sentences and depends entirely on the ordinary meanings of those words and hence on the ordinary meanings of the sentence they comprise (...) Literal meaning and literal truth conditions can be assigned to words and sentences apart from particular contexts of use.” (1978, p. 33)

É este conteúdo próprio à sentença e invariável, chamado por Davidson de seu “sentido literal” e de suas “condições literais de verdade”, que irá aparecer em formas diversas, porém de modo perene, nos estudos que fazem da preocupação com uso da língua numa dada ocasião por um falante determinado um tema central. É também este conteúdo que será criticado pelo contextualismo radical: sendo tal conteúdo parte do fundamento das concepções pragmáticas que serão apontadas, sua crítica representa uma mudança decisiva na orientação do campo.⁶

c. Conteúdo mínimo de significação: variações de uma noção indelével

⁶ Apesar do recuo da dominância do projeto davidsoniano a partir da última década do século XX, há ainda forte presença de continuadores de seus trabalhos no debate contemporâneo. O exemplo mais significativo é provavelmente Cappelen & Lepore em sua defesa de um minimalismo semântico (2005, 2016).

Três ramos de pesquisa aos quais podemos atribuir o rótulo de ‘pragmática’ são exemplos da tendência mencionada no fim da seção anterior: i) os trabalhos sobre o lugar da intenção do falante na determinação do conteúdo implícito dos enunciados (que tem em Grice a figura maior); ii) o desenvolvimento da teoria dos atos de fala, especialmente a partir da leitura de Austin feita por Searle; iii) as pesquisas sobre indexicais desenvolvidas a partir do esforço fundador de Kaplan em seu estudo sobre demonstrativos.

i) Grice e a implicatura conversacional. Apesar do lugar de destaque que dá à intenção do falante (e de sua interação com um locutor numa dada situação) na determinação dos conteúdos implícitos de um enunciado, estudos que tornaram notória sua noção de “implicatura conversacional”⁷, Grice reproduz em grande parte o modelo estabelecido por Davidson na divisão esquemática que propõe entre o que significa uma sentença x, ou as palavras que a compõem, e o que um falante A quer dizer através desta sentença⁸. Tal divisão busca responder à dificuldade que Grice reconhece no fenômeno de implicação. Um falante A profere uma sentença x e quer dizer algo através dessa sentença (“A means something by x”), entretanto, o que a sentença x expressa explicitamente não equivale àquilo que A quis dizer. Apesar desta não-explicitude própria ao fenômeno, o sentido pretendido por A é apreendido por aqueles que o escutam (seu auditório, na terminologia de Grice). Assim, por exemplo, um falante F profere a frase ‘Palmer deu uma surra em Nicklaus’ sendo que a frase quer dizer ‘Palmer superou Nicklaus com certa facilidade’ (em um jogo qualquer)⁹. Entretanto, F foi irônico ao proferir esta frase, querendo dizer, nesse caso, o inverso do que diz a sentença, isto é, foi Nicklaus quem superou Palmer com certa facilidade.

Este problema revela uma sensibilidade de Grice para o fato de que não há uma equivalência plena entre algo dito por um falante - o que ele propõe sobre o mundo num dado momento - e a sentença pronunciada. Tal não-coincidência está calcada, entretanto, na ideia de que ambos os sentidos, aquilo que diz a frase e aquilo que diz o falante numa dada ocasião, estão presente no momento em que F profere a sentença x:

⁷ As elaborações fundamentais que dão forma a esta noção estão principalmente em Grice (1989a, 1989b e 1989c).

⁸ De fato, Grice propõe aquilo que ele chama de uma divisão quaternária da noção de sentido (meaning): o sentido de uma palavra (word-meaning), o sentido de uma sentença (Sentence-Meaning), o sentido de um falante (utterer-meaning) e o sentido de um falante em uma dada ocasião (utterer’s occasion-meaning) (Grice, 1989b).

⁹ O que quer dizer uma frase pode, evidentemente, variar: ‘Palmer deu uma Surra em Nicklaus pode significar’ tanto que Palmer superou Nicklaus quanto que ele infligiu sobre Nicklaus um intenso castigo físico. Grice resolve esta questão dizendo que há um sentido da frase próprio a um idioleto do qual F pode ou não participar e um sentido da frase próprio a uma língua L. É esse modo de enfrentamento do problema que acaba por produzir a categorização quaternária do sentido. Ver Grice (1989b, p.119)

“[b] ‘When U uttered the sentence ‘Palmer gave Nicklaus quite a beating’, U meant that Palmer vanquished Nicklaus with some ease’. U might have been speaking ironically, in which case he would likely have meant that Nicklaus vanquished Palmer with some ease, in which case [b] would clearly be false; but nevertheless, [a] [When U uttered it, the sentence ‘Palmer gave Nicklaus quite a beating’ meant ‘Palmer vanquished Nicklaus with some ease’] would still have been true.” (Grice, 1989b, p. 120)

O que F quis dizer sendo irônico é falso, mas o que a sua sentença significa é, simultaneamente, e a despeito da falsidade do que F quis dizer, verdadeira. Assim, se há um sentido da frase determinado pelo idioleto de F ou, em última análise por sua língua, a questão para Grice é saber o que determina o sentido de F, aquilo que ele quer dizer. A resposta é “a intenção do falante”. A intenção de F determina o que ele quer dizer, mas esse querer-dizer concorre com aquilo que a frase por ela mesma propõe, o que Grice chama de “timeless meaning”¹⁰. Em outras palavras, o falante expressa um querer-dizer que possui, em certos casos, um componente contextual (*utterer’s occasion meaning*), mas tal querer-dizer, próprio ao falante, é incapaz de interagir com o sentido não-contextual da sentença, isto é, não rearticula o que a sentença propõe acerca da realidade, podendo apenas existir paralelo a ela numa acumulação de sentidos. É a ambiguidade o problema que o apelo ao contexto introduz nesta perspectiva.

ii) Searle e a teoria dos atos de fala. Por vezes, o desenvolvimento da teoria dos atos de fala, principalmente a partir da publicação do célebre livro de Searle em 1969, é tido como a sistematização do ponto de vista segundo o qual as ações perpetradas por um falante possuem precedência sobre a determinação semântica do conteúdo daquilo que é dito¹¹. Trata-se da ideia de que o que um falante faz num dado momento através de seu enunciado é a condição básica para que uma proposição possa ser expressa. Tal como ele lê Austin, Searle pretende que são os tipos de atos de fala que fazem parte do nosso repertório cotidiano os responsáveis por ativar, de um modo particular, aquilo que uma sentença diz sobre o mundo. Seu modo de formular esta ideia é dizer que não há conteúdo proposicional fora de um ato de fala determinado: predicar algo de algum objeto específico é um objetivo que só pode ser alcançado como parte de um ato

¹⁰ Exemplos desta ideia de um paralelismo entre conteúdo sentencial e conteúdo contextual, chamado por vezes de uma perspectiva sincrética, produzidos mais recentemente, são Salmon (1991) e Bach (1994).

¹¹ Esta ideia está presente nos já citados Recanati (2004, 2008). Recanati (2008) chega a equivaler formulações mais recentes de Searle, como por exemplo Searle (1992), a perspectivas contextualistas radicais tal como aquela defendida por Travis, central para o projeto que propomos e que será descrita na seção ‘d’.

de fala qualquer “...predication is not an act which can occur alone, but can only occur as part of some illocutionary act.” (Searle, 1969, p. 124)

A precedência do ato ilocucionário como modo de apresentação de um conteúdo estaria demonstrada no fato de uma sentença indicativa, tal como “Sócrates é sábio”, poder funcionar como um conselho, querendo dizer algo como “é preciso escutar o que diz Sócrates”; um aviso, sugerindo cuidado na hora de debater com o filósofo; uma simples asserção, descrevendo um modo de ser de Sócrates, etc. Entretanto, tal variação, apesar de determinada pelo que faz um falante numa ocasião particular, revela-se, na apresentação de Searle, como a instanciação de um conteúdo que, se não pode existir sem essa realização concreta é, no entanto, um elemento invariável que a sentença carrega através de diferentes atos de fala. Tal elemento invariável é apresentado como um “conteúdo proposicional” em termos bastante tradicionais: conhecer o significado do termo que é predicado a um dado objeto é saber as condições nas quais tal predicação é verdadeira ou falsa no que diz respeito a este objeto. A asserção como “força” (force) exercida num emprego determinado corresponde, nestes termos, ao engajamento do falante em relação ao conteúdo do que é afirmado.

“To know the meaning of a general term and hence a predicate expression is to know under what conditions it is true or false of a given object. It is true under certain conditions, false under others (...) If a speaker asserts a proposition concerning an object, he commits himself to there being the state of affairs in the world in which the predicate is true of the object (and mutatis mutandis for other kinds of speech acts). The predicate indicates which state of affairs concerning the object the speaker is committing himself to. The older philosophers were not wrong when they said: to know the meaning of a proposition is to know under what conditions it is true or false. But their account was incomplete, for they did not discuss the different illocutionary acts in which a proposition could occur.” (Searle, 1969, p. 125)

A precedência dos aspectos pragmáticos na determinação daquilo que é dito é, portanto, relativo nessa leitura: o tipo de ato como elemento primordial é, nela, a instanciação de um conteúdo que existe para além dele e que depende em última análise das expressões linguísticas mobilizadas pelo falante. No caso de uma asserção, não há outra exigência contextual além de saber que o ato executado é a afirmação do enunciado “Sócrates é sábio”, isto é, que o locutor se compromete com aquilo que a aplicação do predicado “é sábio” ao objeto “Sócrates” diz sobre a realidade.

iii) Kaplan e os indexicais. No caso dos indexicais, a contribuição do contexto para a delimitação do conteúdo de um enunciado ganha o centro do debate de modo bastante significativo. A referência de expressões indexicais depende fortemente da situação em que elas são pronunciadas, o que resulta num impacto evidente na determinação daquilo que é dito. Palavras como ‘eu’, ‘aqui’ e ‘agora’, chamados por Kaplan (1989) de “indexicais puros”, são inextricavelmente ligados do contexto de uso e, conseqüentemente, o conteúdo completo de um enunciado no qual elas estão presentes não pode ser delimitado sem que seja levado em consideração quem está proferindo a frase, em que momento e em qual lugar.

No caso do subgrupo de indexicais aos quais Kaplan dá o nome de “demonstrativos”, a dependência do contexto para o estabelecimento de sua referência é ainda mais profunda. Há uma diferença fundamental entre indexicais puros e demonstrativos: ambos dependem da enunciação para a determinação de sua referência, mas, no caso dos demonstrativos, como, por exemplo, o pronome de terceira pessoa, a enunciação precisa vir acompanhada de um gesto que indique quem está sendo referido na frase. Kaplan propõe que, enquanto no caso dos indexicais puros há uma regra mínima, intrínseca a eles, que organiza seu uso – o pronome pessoal de primeira pessoa seria regido pela regra que exige que ele se refira à pessoa que o pronuncia – aos demonstrativos faltaria tal regra inerente, devendo ela ser necessariamente substituída pelo gesto do falante¹² no momento de sua enunciação.

O desenvolvimento das pesquisas sobre indexicais a partir da via aberta por Kaplan, segue a tendência de radicalização da dependência contextual do conteúdo de um enunciado na medida em que tal dependência passa a ser desvinculada da presença na frase de constituintes que façam as vezes de marcadores situacionais. É o que mostra sobre os marcadores espaciais o trabalho de Perry (1993). Uma frase como “Está chovendo” exige necessariamente uma demarcação espacial para que tenha sentido, isto é, dizer que chove é necessariamente dizer que chove em algum lugar (o caso limite aqui seria o dilúvio bíblico, no qual chove por toda a parte, mas, evidentemente, esse caso escapa a qualquer uso real da sentença). Enquanto a desinência verbal faz as vezes de marcador temporal, indicando que chove no momento da enunciação da

¹² É preciso ter em vista que o pano de fundo do trabalho de Kaplan é a emergência de uma abordagem acerca da referência que nega a presença de conceitos como o sentido (Sinn) fregeano ou as descrições, tal como teorizadas por Russell, responsáveis pela mediação entre uma expressão e aquilo que ela refere (mediação cuja função seria precisamente indicar o objeto referido, isto é, trilhar o caminho que vai da palavra àquilo que ela indica). Tal abordagem, que tem em Kripke (1981) sua principal formulação, propõe, no caso de expressões singulares, a referência direta de uma palavra a seu objeto. A metáfora recorrente da palavra como um arpão, fixando aquilo sobre o que ela fala, é bastante representativa. Os demonstrativos, tal como formalizados no trabalho de Kaplan são a expressão máxima desta ideia.

frase, a exigência de delimitação espacial não é indicada por nenhum elemento frástico. Imaginando a situação em que o enunciado é proferido numa conversa telefônica por seu filho que mora em Palo Alto, Perry propõe que ‘Palo alto’ é um constituinte inarticulado do enunciado, isto é, ele compõe o enunciado, é contextualmente agregado a ele, mas não é representado por um elemento da sentença. Perry apresenta do seguinte modo as consequências semânticas desta proposta:

“Simple-minded as it is, this little theory establishes, I think, that there is no basic problem with a statement being about unarticulated constituents. In particular, we do not need to first find an expression, hidden in the ‘deep structure’ or somewhere else and then do the semantics of the statement augmented by the hidden expression. Things are intelligible just as they appear on the surface, and the explanation that we might ordinarily give (...) that we simply understand what the statement is about, is essentially correct.” (p. 211)

O marcador temporal não corresponde a um elemento estrutural encravado na sentença, elemento este que uma análise semântica desvendaria. A contribuição contextual, essencial para o estabelecimento daquilo que diz a frase – onde chove? – é irredutível a componentes de significação elementares, instanciados por aspectos sintáticos ou lexicais. Tal análise dá forma, portanto, ao tema da construção contextual do valor de verdade de um enunciado (só é verdadeiro ou falso que está chovendo se for possível dizer onde está chovendo), construção que equivale a uma contribuição para a delimitação das condições nas quais aquilo que o enunciado diz pode ser tomado como verdadeiro ou falso: o enunciado é verdadeiro se estiver chovendo *em Palo Alto*, e a delimitação desta condição escapa à sentença “Está chovendo” e a seus constituintes (ainda que, evidentemente, não possa prescindir da enunciação da sentença)¹³.

Entretanto, no caso dos demonstrativos analisados por Kaplan, seu aspecto radicalmente contextual – expresso na ausência de regras determinando, ainda que minimamente, sua referência – é articulado por ele em termos funcionais, sendo a função em questão a sentença em sua significação possível, isto é, a sentença insaturada antes de sua determinação plena através da fixação dos demonstrativos em jogo. Se em $F(x)$, os valores da variável x

¹³ Stanley (2000, 2005) é um autor contemporâneo que sustentando uma posição indexicalista, vai contra esta tendência de radicalização já que ele defende a tese de que todos os efeitos contextuais extra-linguísticos sobre as condições de verdade de uma asserção podem ser reconhecidos na estrutura sintática da sentença proferida.

correspondem aos referentes dos demonstrativos em questão, $F(x)$ corresponde à variedade de entendimentos possíveis de uma sentença. Assim, fixando os demonstrativos numa dada enunciação, o contexto atua selecionando uma das compreensões possíveis da sentença: se digo “Ele roubou o banco”, existe um conjunto de valores possíveis para a referência de “ele” (mesmo que tal conjunto corresponda a “todos os seres humanos do gênero masculino”), conjunto fechado pela estabilidade da significação de “roubou um banco”. É esta estabilidade que corresponde aqui a um conteúdo mínimo de significação que orienta as condições para que tal sentença seja verdadeira ou falsa.

No caso de Perry (1993), tal conteúdo mínimo é formulado na distinção entre expressões sensíveis ao contexto (*context-sensitive*) e expressões insensíveis ao contexto (*context-insensitive*). Tratando do enunciado “I am sitting” ele diz:

“A use u of I designates an object a , iff a uses I in u ; a use u of am designates a time t , iff t is the time at which u occurs; a use u of sitting designates a relation R , iff R is the relation $sits(a,t)$. In the first two cases, facts about the use affect the object designated. This is not so in the third case; no variable for the use appears on the right of the ‘iff’. Expressions of the first sort we call ‘context sensitive’; those of the second we call ‘context-insensitive’ or ‘eternal’.”
(p. 207)

d. Contextualismo radical

A perspectiva semântica estava calcada, como vimos, na ideia de que era intrínseco a uma sentença aquilo que ela propõe sobre um determinado arranjo de coisas no mundo. “A neve é branca” implicaria um modo de apresentação da realidade, modo este que não seria em si verdadeiro ou falso, mas que poderia ser avaliado como tal a partir dos parâmetros oferecidos pela sentença. Assim como é possível inferir de uma sentença verdadeira outra sentença verdadeira por ela implicada, seria possível dela inferir um estado de coisas no mundo que satisfaria uma sentença como “A neve é branca”. É precisamente esta ideia que se revela problemática no contextualismo radical.

A crítica contextualista não nasce de uma posição de princípio, mas sim do desenvolvimento analítico de uma intuição fundamental encontrada a partir da releitura dos trabalhos de Austin. Tal intuição é expressa do seguinte modo pelo autor inglês:

“...if you just take a bunch of sentences (...) impeccably formulated in some language or other, there can be no question of sorting them out into those that are true and those that are false; for (leaving out of account so called ‘analytic’ sentences) the question of truth and falsehood does not turn only on what a sentence is, nor yet on what it means, but on, speaking very broadly, the circumstances in which it is uttered. Sentences are not as such either true or false.” (Austin, 1962, p. 110)

Aquele que desenvolve de modo mais incisivo este ponto como fundamento para a crítica à perspectiva semântica é Travis¹⁴. Em uma série de trabalhos centrais feitos por este autor¹⁵, está em questão a possibilidade de derivar da frase “A neve é branca” os critérios que delimitam o que conta como “ser branca” e que indicam se cabe ao objeto da sentença a predicação em questão. Para enfrentar esta questão, Travis, à maneira de Austin, lança mão de uma metodologia baseada na elaboração e análise de exemplos de situações em que sentenças como esta seriam utilizadas.

Um dos exemplos analisados por Travis (1996) é o enunciado “O forno está quente”. Travis supõe esta frase pronunciada numa ocasião em que, numa pizzaria, o cozinheiro espera o forno esquentar para poder assar suas pizzas. O que conta como o forno estar quente nesta ocasião? De que modo as coisas devem se apresentar para que seja verdade que o forno está quente? Travis nos diz que, se para uma pizza poder ser assada, a temperatura do forno deve estar a pelo menos 220°, é este o critério em jogo quando, avaliando que pode começar a assar suas pizzas, o cozinheiro diz “O forno está quente”: o que conta como estar quente nesse caso é uma temperatura de, pelo menos 220°. Entretanto, imaginemos que um ajudante inexperiente, ao checar o forno, toca a parte interna de modo imprudente e, queimando a mão no processo, conclui “O forno está quente”. Imaginemos também que, neste caso, mesmo quente o suficiente para queimar a mão do ajudante, o forno está a apenas 140° graus. É verdade ou não que o forno está quente? O confronto entre estas duas situações expõe com clareza o que Travis pretende mostrar: se, respondendo à pergunta do cozinheiro que espera para começar seu trabalho, o ajudante diz “O forno está quente”, com o forno a 140° graus, o que ele diz é falso, ao passo

¹⁴ São diversos os autores que tem contribuído para o tipo de abordagem que chamamos aqui de contextualismo radical. Como espécie de precursores, ver Putnam (1981) e Cavell (1969) que, numa leitura de primeira hora da obra de Austin, reconhecia no trabalho sobre a linguagem ordinária a ideia de que havia um problema central com a demanda feita sobre a noção de significação, isto é que ela pudesse determinar o que a frase propunha sobre a realidade extralinguística (o interessante, aqui, é como esta leitura esteve eclipsada durante os anos 1960, 1970, 1980, com a dominância do projeto semântico. Para as contribuições contemporâneas ao contextualismo radical, ver Benoist (2013) e Longworth (2015).

¹⁵ Travis (1981, 1991, 1996, 2009, 2011).

que se, depois de queimar a mão no forno a 140° graus o ajudante diz para alguém que o socorre “O forno está quente”, o enunciado é verdadeiro. Nos dois casos, trata-se de uma asserção feita através da mesma frase, mas em cada um deles, temos valores de verdade opostos.

O argumento de Travis não se resume à banalidade de que, pronunciada em momentos distintos, a frase poderia ser verdadeira ou não dependendo de como o forno se apresentasse naquela situação particular. Isto é, a banalidade da ideia de que, se pronunciada no momento 1, quando o forno está a 220° graus, a frase é verdadeira, enquanto que, no momento 2, com o forno a 140° graus, ela é falsa. Isso fica claro no fato de que em ambas as situações descritas por Travis, o forno está a 140° graus. O que importa, portanto, não é a mudança do valor de verdade da sentença de acordo com a alteração da temperatura do forno, mas sim que, em cada uma das ocasiões apresentadas, as condições exigidas para que seja verdadeiro que o forno está quente são diferentes. O que conta como ‘estar quente’ é intransferível de uma ocasião a outra.

Travis também não está a dizer que o sentido de ‘quente’ não pode ser definido ou que não é possível apontar a função da palavra ‘quente’ na frase: podemos perfeitamente dizer que ‘quente’ é um adjetivo que indica a temperatura do forno e seguir definindo ‘forno’ como um aparelho que serve para assar comidas ou utensílios. Entretanto, estas definições não solucionam o tipo de indeterminação que está sendo apontada:

“A sentence (nearly any) may, on one speaking or another, say any of indefinitely many distinct things, each true under different conditions. Nearly any part – a simple predicate like ‘is red’, say – may take any of many contributions to what it thus says, specifically to the conditions for its truth. All these contributions are ones those words would sometimes make given what they mean; all are compatible with their meaning that.” (Travis, 1991, p. 68)

O que o exemplo em questão explicita, e que tem um impacto direto sobre as teses de Davidson, é o fato de que nada no significado da sentença “O forno está quente” permite determinar que o que conta como estar quente é “uma temperatura igual ou superior a 220° graus”¹⁶ ou mesmo delimitar um conjunto fechado de critérios possíveis dentre os quais

¹⁶Podemos inclusive imaginar exemplos de pessoas que nunca fizeram pizzas ou que não tem o hábito de assar coisas e veremos como não há de modo algum esta delimitação como uma potencialidade de sentido da frase “O forno está quente”. É assim que Travis (2009) lê os exemplos de Wittgenstein (2009) em que o autor austríaco imagina povos com hábitos peculiares, se organizando de modos que consideráramos sem sentido. Para leituras que corroboram o que diz Travis a este respeito, ver Bouveresse (1987), Mcdowell (2001) e Cavell (1979).

encontraríamos aquele próprio à feitura de pizzas¹⁷. Esta tese contrária a Davidson tem para Travis um corolário para a semântica:

“Expressions of a language identify things to talk about – as ‘being blue’ identifies being blue, the ‘North sea’ identifies the North sea and ‘The North sea is blue’ identifies the North sea’s being blue. By the thesis, in talking about those things (in a given structured way) one might say one of many things. So what the expressions mean cannot fix any one condition as the condition for ‘their’ truth. Meaning cannot connect to truth like that.” (2008, p. 4)

Travis retira da perspectiva semântica de Davidson as bases para que ela pudesse fazer o movimento teórico que pretendia: inferir do significado de uma sentença a possibilidade de dizer que as coisas são de um modo ou de outro. Do significado da sentença extrapolamos uma variedade indeterminável de possibilidades. A simples sentença “O forno está quente” não nos permite delimitar que o que conta como “estar quente” é “estar numa temperatura superior a 220”. É apenas um fragmento de linguagem tal como ele é utilizado numa ocasião concreta que pode ser determinado desta forma, que pode atuar como um portador de verdade.

Em relação às 3 posições pragmáticas “clássicas”, fica claro que o contextualismo radical não está a enfrenta-las no terreno em que elas se situam, já que desarma precisamente o pressuposto de um conteúdo mínimo de significação com o qual elas trabalhavam. Isso implica um papel completamente modificado do apelo ao contexto nesta perspectiva e, de fato, implica uma noção plenamente modificada de contexto. Nesta perspectiva radical, esta noção estará relacionada ao ato de fala executado, mas num sentido diverso daquele proposto por Searle. “Contexto” será tomado como a ocasião em que um enunciado é proferido, entendida como os propósitos a partir dos quais algo é dito:

“If an oven is described as hot, and we take that to be for purposes of pizza baking, ceteris paribus we will expect the information we are thus given to be usable as just described

¹⁷ Esta é em linhas gerais a posição que Strawson (1950) sustenta em seu debate com Austin nos anos 1950. Tal posição implica a ideia de uma estrutura sintática única, própria a cada sentença de uma língua, formada pelo vocabulário da sentença e pelas regras para a construção da estrutura em questão. A partir de cada uma destas estruturas seria possível gerar todos os enunciados (como fazê-lo seria precisamente a tarefa de uma teoria da significação entendida nos termos de Davidson). isto é, todos os empregos efetivos que presentificariam as diferentes coisas que uma sentença diz sobre o mundo. No caso de “A neve é branca”, por exemplo, seria possível gerar todas as possibilidades de falarmos sobre a neve e dizermos que ela é branca. O contexto, neste caso, atuaria selecionando a possibilidade adequada para um emprego específico.

[isto é, para assar a pizza no forno que está na temperatura adequada]. We will expect this in two senses. First, if we trust those words, we will be surprised if the oven is not pizza ready. Second, we will (normally) expect that much of the words if we are not to count ourselves as misinformed by (in) them, so count them as stating what is incorrect. Our expectations thus form our perception of just what was said in giving that description.” (Travis, p. 104)

A questão para o contextualismo radical gira, portanto, em torno dos propósitos com os quais um ato de fala é executado. O que é aberta através dessas formulações é uma via de pesquisa que aproxima um problema central da semântica - a determinação das condições de verdade de uma unidade completa de significação – da noção de ato de fala de um modo não mais complementar, mas constitutivo, o que implica a releitura da própria ideia de “ato de fala”, não mais visto como a mera articulação entre um conteúdo pré-determinado e uma força ilocucional.

Assim, o problema central desta pesquisa, formulado no início, (se a significação linguística não é capaz de determinar, mesmo num nível mínimo, aquilo que uma asserção propõe sobre a realidade, suas condições de verdade, como explicar em termos essencialmente contextuais o modo como uma sentença representa certa organização de coisas no mundo?), pode ser explicitado como uma investigação acerca do modo como um ato de fala, tomado nos termos indicados, pode fixar as condições de verdade de um enunciado. Trata-se, portanto, de uma pesquisa conceitual que, usando os recursos oferecidos e as vias sugeridas pelo contextualismo radical, interroga as relações constitutivas entre as ações executadas pelos falantes e a determinação daquilo que um enunciado diz sobre o mundo.

A segunda questão que decorre deste problema central é o papel das palavras neste processo de determinação. Se não as vemos mais como carregando intrinsecamente o conteúdo do que é dito, poderia parecer-nos indiferente quais palavras utilizar em ocasiões específicas. O ajudante e o cozinheiro poderiam convencionar entre eles uma palavra qualquer para dizer que o forno está a 220° graus. De fato, eles podem fazê-lo, mas o que intuitivamente reconhecemos no nosso uso cotidiano é que a escolha de palavras não é indiferente ao que é dito numa ocasião. Daí então um problema renovado sobre o papel das palavras: face à evidência de que eu não posso utilizar quaisquer palavras para representar um estado de coisas preciso, qual é o papel das palavras (ou de unidades linguísticas como lexemas e sintagmas) na configuração de um enunciado cujas condições de verdade são delimitadas contextualmente?

2. Resultados esperados

Os resultados esperados podem ser divididos entre resultados teóricos e contribuições para o desenvolvimento do campo de estudos sobre o contextualismo linguístico no Brasil. São eles: a) Contribuir para o avanço e desenvolvimento de uma teoria não-psicologista da determinação contextual das condições de verdade de uma sentença através da publicação de artigos em revistas nacionais e internacionais; b) contribuir para a releitura e delimitação do conceito de “ato de fala” revendo seu lugar nos estudos sobre a linguagem (e na obra austiniana) c) Tradução dos *Philosophical Papers* de Austin: textos centrais de J. L. Austin que motivaram os avanços sumariados neste projeto estão reunidos neste volume que, até hoje, não teve nenhuma tradução para o português, seja no Brasil, seja em Portugal. Um dos resultados esperados deste projeto é a publicação de uma tradução desta obra com a colaboração de pesquisadores brasileiros e portugueses; d) divulgação no Brasil do debate contextualista. Durante o período em que realizei estágio pós-doutoral na Inglaterra com Bolsa Capes, pude entrar em contato com pesquisadores europeus e americanos, organizando dois seminários que contaram com a participação de vários deles (“The rediscovery of the performative” e “Austin’s revolution and its impacts on philosophy of mind”). É um objetivo deste projeto realizar eventos da mesma natureza na Universidade de São Paulo, divulgando o trabalho destes pesquisadores internacionais e promovendo sua interação com pesquisadores e estudantes brasileiros.

3. Desafios científicos e tecnológicos e os meios e métodos para superá-los

O problema exposto na seção 1 deve ser tratado levando em conta determinados parâmetros sem os quais perde-se o rigor necessário para enfrenta-lo. Tais parâmetros dizem respeito à ideia de que o propósito com o qual é executado um ato de fala é fundamental para a determinação daquilo que diz um enunciado. Enfrentar esta questão implica, necessariamente, evitar uma concepção psicologista de ‘propósito’, isto é, evitar tratar esta noção como se ela se confundisse com a intenção do falante de que trata Grice. Este evitamento é central porque tal noção psicologista transforma a determinação das condições de verdade num ato privado, o que ameaça a publicidade própria à ideia de verdade: o que é verdadeiro ou falso, o é para todos¹⁸, assim como as condições que determinam o que pode sê-lo. Assim, a relação investigada é entre

¹⁸ Trata-se da preservação do princípio de Frege (1962) de separação entre o lógico e o psicológico.

um ato de fala e a ocasião em que ele é proferido, isto é, entre um enunciado pronunciado numa ocasião particular com um propósito *entendido em termos não-psicológicos*.

Delimitar, portanto, o conceito de ato de fala é um meio necessário para tratar do problema aqui exposto. Para tanto, o corpus desta pesquisa será composto por três conjuntos de textos: a) o primeiro deles corresponde às produções contemporâneas, próprias ao contextualismo radical, e às perspectivas contextualistas vizinhas (e, por vezes, contrárias a ele). Trata-se dos textos indicados ao longo deste projeto acrescidos de outros. São eles, principalmente: Travis (1981, 1991, 1996, 2009, 2011), Benoist (2009, 2013), Recanati (2004, 2008), De Rose (2009), Cappelen e Lepore (2005, 2016), Szabó (2006). Também estão presentes nesse conjunto perspectivas indexicalistas cuja problemática não equivale plenamente à problemática contextualista, mas a ela se relaciona de modo importante: Perry (1993a, 1993b), Stanley (2000, 2005), assim com o trabalho fundador de Kaplan (1989); b) o segundo conjunto corresponde aos textos “clássicos”, cuja releitura está no centro do problema contextualista exposto: Austin (1962, 1964, 1979) e uma seleção dos escritos de Wittgenstein mais diretamente relacionados às questões levantadas (1969, 2009). Strawson (1950) faz parte deste subconjunto do corpus por conta de seu importante debate com Austin; c) o terceiro conjunto diz respeito a autores proeminentes nos anos 1970 e 1980 cujo trabalho representa certo elo de ligação, ainda que indireto, de Austin e Wittgenstein com o contextualismo radical. São eles, fundamentalmente, Putnam (1979, 1981, 1983) e Kripke (1981).

4. Cronograma de execução do projeto

Primeiro semestre: Revisão bibliográfica dos trabalhos contemporâneos sobre o contextualismo linguístico e teorias de significação. Encontros regulares com o supervisor e o grupo de pesquisa.

Segundo semestre: Leitura sistemática e análise das obras de Austin e Wittgenstein repertoriadas neste projeto. Realizar, dentro das condições possíveis, seminários temáticos na pós-graduação da faculdade de Filosofia. Manutenção de encontros regulares com o supervisor e o grupo de pesquisa. Organização de eventos.

Terceiro semestre: Continuidade da análise das obras de Austin e Wittgenstein. Organização dos resultados da pesquisa e elaboração de eixos temáticos. Possível período de estágio no exterior (entre 3 a 6 meses).

Quarto semestre: Elaboração do relatório final e de dois artigos longos e detalhados sobre a determinação contextual dos valores de verdade de um enunciado a serem publicados em periódicos especializados de grande visibilidade. Início da redação de um livro dedicado à apresentação das diversas correntes contextualistas.

5. Bibliografia

AUSTIN, J. L. *Philosophical Papers*. Oxford: Clarendon Press, 1979.

_____. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

_____. *Sense and sensibilia*. Oxford: Oxford University Press, 1964,

BACH, K. Semantic slack. In: TSOHATZIDIS, S. (ed). *Foundations of speech act theory*. London: Routledge, 1994, p. 267 – 291.

BOUVERESSE, J. *La force de la règle*. Paris: Minuit, 1987.

BENOIST, J. Circonstances et contexte. In : BENOIST, J. *Sens et sensibilité*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2009, p. 203 – 232.

_____. *Concepts*. Paris: Flammarion, 2013.

CAPPELEN, H. and LEPORE, E. *Insensitive Semantics*. Oxford: Blackwell, 2005.

_____. *Liberating content*. Oxford: Oxford University press, 2016.

CAVELL, S. Austin at criticism. In: CAVELL, S. *Must we mean what we say?* Cambridge: Cambridge University Press 1969, p. 97 – 114.

_____. *The claim of reason*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

DAVIDSON, D. Truth and Meaning. *Synthese*, v. 17, n.3, p. 304 – 323, sept. 1967.

_____. Semantics for natural languages. In: DAVIDSON, D. *Inquiries into truth and interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 2001, p. 55 – 64.

_____. What metaphors mean. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 5, n. 1, p. 31 -47, 1978.

DE ROSE, K. *The case for contextualism*. Oxford: Oxford University Press, 2009

- DIAMOND, C. On inheriting from Frege: the work of reception as Wittgenstein did it. In: POTTER, M. and RICKETTS, T. *The Cambridge companion to Frege*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 550 – 601.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Editions de Minuit, 1984.
- FREGE, G. *Über Sinn und Bedeutung*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1962.
- GRICE, P. Meaning. In: GRICE, P. *Logic and conversation*. Cambridge: Harvard University Press, 1989a, p. 213 – 223.
- _____. Utterer's meaning, sentence-meaning and word-meaning. In: GRICE, P. *Logic and conversation*. Cambridge: Harvard University Press, 1989b, p. 117 – 137.
- _____. Meaning revisited. In: GRICE, P. *Logic and conversation*. Cambridge: Harvard University Press, 1989b, p. 283 – 303.
- KAPLAN, D. Demonstratives. In: ALMOG, J. WETTSTEIN, H. PERRY, J. (eds). *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 481 – 453.
- KRIPKE, S. *Naming and necessity*. Oxford: Blackwell, 1981.
- LONGWORTH, G. Semantics and Pragmatics. Disponível em: < https://www.academia.edu/11777508/Semantics_and_Pragmatics > Acesso em 20/06/2016.
- MCDOWELL, J. Wittgenstein on following a rule. In: MCDOWELL, J. *Mind, value and reality*. Harvard: Harvard University Press, 2001, p. 221 – 262.
- PERRY, J. The problem of the essential indexical. In: PERRY, J. *The problem of the essential indexical and other essays*. New York: Oxford University Press, 1993a, p. 33 – 52.
- _____. Thought without representation. In: PERRY, J. *The problem of the essential indexical and other essays*. New York: Oxford University Press, 1993b, p. 205 – 225.
- PUTNAM, H. The Meaning of meaning. In: PUTNAM, H. *Philosophical papers vol. 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 215 - 271
- _____. *Reason, truth and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- _____. Reference and truth. In: PUTNAM, H. *Realism and reason*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 69 – 86.

- RECANATI, F. *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. *Philosophie du langage (et de l'esprit)*. Paris: Gallimard, 2008.
- SALMON, N. The pragmatic fallacy. *Philosophical studies*, v. 63, n.1, p. 83 – 97, July 1991.
- STANLEY, J. Context and logical form. *Linguistics and philosophy*, v. 23, n.4, p. 391 – 434, August 2000.
- _____. Semantics in context. In: PREYER, G. *Contextualism*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 221 – 254.
- SEARLE, J. *Speech acts*. London: Cambridge University Press, 1969.
- _____. Indirect speech acts. In: COLE, P. and MORGAN, J (eds). *Syntax and semantics vol. 3*. Academic Press, 1975, p. 59 – 82.
- _____. *The rediscovery of the mind*. Boston: MIT Press, 1992.
- STRAWSON, P. F. Truth. *Analysis*, Oxford, v. 9, n. 6, p. 83-97, June 1949.
- SZABÓ, Z. G. “The Distinction between Semantics and Pragmatics.” In LEPORE, E. and SMITH, B. C. (eds). *The Oxford Handbook of Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 361 – 389.
- TARSKI, A. The semantic conception of truth and the foundations of semantics. *Philosophy and phenomenological research*, Hoboken, v. 4, n. 3, 341-376, March 1944.
- TRAVIS, C. *The true and the false: the domain of the pragmatic*. Amsterdam: John Benjamins, 1981.
- _____. Annals of analysis. *Mind*, Oxford, v. 100, n. 2, p. 237 – 264, April 1991.
- _____. Meaning's role in truth. *Mind*, Oxford, v. 105, n. 3, p. 451 – 466 July 1996.
- _____. *Thought's footing*. Oxford: Clarendon, 2009.
- _____. Truth and merit. In: GUSTAFFSON, M. and SØRLI, R. (eds). *The philosophy of J. L. Austin*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 176 – 203.
- WITTGENSTEIN, L. *The blue and the brown books*. Oxford: Blackwell, 1969.
- _____. *Philosophical Investigations* (Edição bilingue: inglês-alemão). Oxford: Blackwell, 2009.